



Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

Nota 1 – Contexto Operacional: o Município de Ivorá/RS, pessoa jurídica de direito público, é compreendido, na Administração Direta, pelos órgãos sem personalidade jurídica do Poder Executivo, composto por 08 Secretarias Municipais, 01 Fundo Especial (RPPS), Gabinete do Prefeito e o Poder Legislativo.

Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis: foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

Nota 3 – Caixa e Equivalente de Caixa: compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Em 2020, o Caixa e Equivalentes de Caixa totalizaram R\$ 2.972.171,15.

Nota 4 – Créditos a Receber a Curto Prazo e a Longo Prazos: os valores apresentados nestas rubricas compreendem os saldos a receber, não deduzindo os ajustes por perdas dos créditos tributários oriundos da dívida ativa. Os valores que compreendem o montante de dívida ativa do município são classificados no ativo não circulante e representam 100% do total de créditos. Especificamente em relação à dívida ativa, os valores não foram estimados pela média anual de recebimentos efetivos dos últimos três exercícios, sendo assim não classificados como de curto prazo, e sim classificados como longo prazo em sua totalidade. Não foi realizado ajuste a valor recuperável dos créditos inscritos na dívida ativa, do qual considera a média ponderada dos recebimentos de cada tributo/crédito em relação aos respectivos montantes inscritos nos três últimos exercícios, obtendo-se, assim, percentual médio de recebimentos. O quadro a seguir detalha a composição dos saldos existentes em 31/12/2020:

Créditos de Longo Prazo	Saldo
1.2.1.1.1.03 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	8.104,19
1.2.1.1.1.04 - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	109.396,10
1.2.1.1.1.05 - DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	301.419,34
1.2.1.1.1.99 - (-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	0,00
1.2.1.2.0.00 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	0,00
Total dos Créditos a Receber de Longo Prazo	418.919,63

Nota 5 – Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo: os saldos apresentados no corpo da demonstração se referem aos valores líquidos, já descontadas as perdas, bem como as aplicações das disponibilidades do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) totalizando o valor de R\$ 18.955.447,63 tendo o seguinte detalhamento, 1.1.4.1.1.09 - APLICACOES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA – RPPS.

Nota 6 – Estoques: compreende o valor dos bens adquiridos com o objetivo de utilização própria no curso normal das atividades. Em 2020, o Estoque apresentou um saldo final de R\$ 233.983,44.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVORÁ

Nota 7 – Investimentos: os Investimentos compreendem as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no Ativo Circulante, nem no Ativo Não Circulante e que não se destinem à manutenção da atividade da entidade. Os valores classificados nesse título apresentaram uma variação negativa da ordem de R\$ 86.080,34 decorrente, em grande parte, da avaliação das **participações em Consórcios Públicos**. O quadro a seguir demonstra os investimentos do Município existentes em relação aos **Consórcios**.

Identificação do Investimento	Valor do Investimento 2019	Valor do Investimento 2020
Condesus - Consórcio	235.697,38	154.002,43
CIRC – Consórcio	14.973,53	10.588,14
Total	250.670,91	164.590,57

Nota 8 – Imobilizado – Bens Móveis e Imóveis: os saldos apresentados compreendem os bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso. Em 2020 os bens Móveis totalizaram o valor de R\$ 5.755.285,58, e bens imóveis 7.430.791,28

Nota 9 - Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo e a Longo Prazo: compreende o saldo das obrigações reconhecidas pelo regime de competência referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações. No curto prazo foram classificados os valores exigíveis em até 12 meses da data das demonstrações contábeis. O restante das obrigações dessa natureza foram classificados no longo prazo. O quadro a seguir demonstra, para efeitos de comparação, os valores registrados a curto e a longo prazo:

Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	Saldo	Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	Saldo
2.1.1.1.0.00 - PESSOAL A PAGAR	87.505,98	2.2.1.1.0.00 - PESSOAL A PAGAR	0,00
2.1.1.4.0.00 - ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	21.982,61	2.2.1.4.0.00 - ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	0,00
Total a Curto Prazo	109.488,59	Total a Longo Prazo	0,00

Nota 10 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto e a Longo Prazo: os valores registrados nesses títulos são decorrentes de obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais dos órgãos e entidades da administração direta e indireta. Compreendem também obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive, os precatórios decorrentes dessas obrigações, e os valores inscritos em restos a pagar processados. Os saldos apresentados compreendem os valores empenhados e liquidados e também aqueles que, embora não empenhados, foram reconhecidos pelo regime de competência. Em síntese, verifica-se que os valores registrados em curto prazo totalizaram R\$ 105.810,57 e os valores contabilizados no longo prazo somaram R\$ 0,00.

Nota 12 – Provisões a Curto e a Longo Prazo: segundo o MCASP, as provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto. No longo prazo, as provisões apresentaram um aumento de 20,18% em relação ao exercício anterior. A variação é resultante, principalmente, das atualizações das Provisões



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVORÁ

Matemáticas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Essa rubrica, registrada de acordo com a avaliação atuarial realizada em 31/12/2020, representa 100% do total das Provisões a Longo Prazo.

Provisões a Longo Prazo	Saldo
2.2.7.2.0.00 - PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	21.580.189,12
Total a Longo Prazo	21.580.189,12

Nota 13 - Demais Obrigações a Curto Prazo e a Longo Prazo: o grupo Demais Obrigações a Curto Prazo sofreu um acréscimo de 1,64% em relação ao exercício anterior e representou, no final do exercício de 2020, 8,78% do passivo circulante. Não ocorreram Obrigações a Longo Prazo no ano de 2019. O quadro a seguir demonstra, para efeitos comparativos, a composição das obrigações a curto a longo prazo:

Demais Obrigações a Curto Prazo	Saldo
2.1.8.8.0.00 – VALORES RESTITUÍVEIS	20.735,03
Total a Curto Prazo	20.735,03

Nota 14 – Dívida Flutuante: conforme o art. 92 da Lei Federal nº 4.320/64, os componentes da dívida flutuante são aqueles compromissos contraídos por período limitado de tempo (curto prazo), quer na sua condição de valores de terceiros, quer para atender às necessidades de caixa momentâneas, realizadas independentemente de autorização orçamentária, bem como os valores dos restos a pagar. A Dívida Flutuante de 2020 totalizou em R\$ 236.034,19, correspondendo, na ótica da Lei Federal nº 4.320/64 ao Passivo Financeiro. Pode-se verificar que Dívida Flutuante de 2020 apresentou uma diminuição de R\$ 64.651,62 em relação ao ano anterior. Especificamente em relação aos Restos a Pagar, que compreendem as despesas orçamentárias, empenhadas e não pagas até 31 de Dezembro, distinguindo-se os processados dos não processados, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 e da Instrução Normativa nº 12/2017, do Tribunal de Contas do Estado, tem-se, como regra, a necessidade de recursos financeiros para honrar estes compromissos, observando que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão destinados somente para seu objeto de vinculação.

Nota 15 – Patrimônio Líquido: compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Esse grupo é composto pelos saldos de Patrimônio Social e Capital Social, Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Demais Reservas, Resultados Acumulados e Ações / Cotas em Tesouraria. Após apuração do resultado do exercício, que evidenciou um superávit de R\$ 2.624.741,49.